

Educação do campo, economia solidária e agroecologia: refletindo sobre estratégias para o desenvolvimento de assentamentos rurais

Rural education, agroecology and solidarity economy: reflecting on strategies for the development of rural settlements

PEREIRA, Kelci Anne¹

1Universidade de São Paulo, kelciperira@gmail.com

Resumo

O texto aborda as relações entre economia solidária, agroecologia e educação do campo. O objetivo foi analisar como os sujeitos dos movimentos por reforma agrária do sudeste do Pará, mediante suas organizações produtivas e ações políticas, correlacionam esses três campos e como isso interfere no desenvolvimento dos assentamentos. Fundamentado na metodologia comunicativo-crítica, o estudo foca a experiência da Federação de Cooperativas Araguaia-Tocantins (FECAT). Os resultados indicam que o cooperativismo, a escolarização e a agroecologia, quando integrados, se potencializam reciprocamente. Neste caso, tornam-se estratégias de restauro de direitos humanos aos assentados, refletindo-os e realçando-os como sujeitos da resistência. Sujeitos que, ao mesmo tempo, refreiam o avanço do agronegócio sobre os assentamentos e introjetam nesses territórios micro-revoluções que mantêm vivo o projeto político da reforma agrária. Criam, assim, chaves para outro modelo de desenvolvimento, que combina agrobiodiversidade e justiça social.

Palavras-chave: cooperativismo; escolarização; agricultura ecológica; reforma agrária.

Abstract

This paper addresses the relationship between solidarity economy, agroecology and rural education and aimed to analyze how subjects movements for agrarian reform in Pará, through their productive organizations and political actions, correlate these three topics and how this process interferes in the development of the settlements. Based on the communicative-critical methodology, the study focuses the case of *Federação de Cooperativas Araguaia-Tocantins* (FECAT). The results show that the cooperativism, the schooling and the agroecology, when integrated, potentiates themselves. This becomes strategies for restoration of human rights to the people of settlements, reflecting and highlighting them as actors of resistance. Actors who, at the same time, restrain the advance of agribusiness over settlements and introject on these areas some micro-revolutions that keep alive the political project of agrarian reform. By this way, they create keys for another model of development, which combines agricultural biodiversity and social justice.

Keywords: cooperativism; schooling; ecological agriculture; agrarian reform.

Introdução

O texto, fruto de uma tese em andamento, versa sobre as relações entre a economia solidária, a agroecologia e a educação do campo nos assentamentos rurais do sudeste do Pará, a partir de um enfoque educativo dialógico. O pano de fundo do debate é a questão agrária brasileira, definida pela forma antagônica com que trabalhadores e capitalistas tomam posse e usam a terra: os primeiros, a partir da pequena propriedade de produção agrobiodiversa, obtida pela mão de obra familiar, se vinculam à terra para a reprodução ampliada da vida. Seu projeto de desenvolvimento passa de justiça social e pela produção de alimentos. Os segundos se vinculam à terra objetivando produzir mercadorias que garantam a reprodução ampliada do capital; para isso, apostam na industrialização da agricultura, baseando-se na tríade latifúndio-monocultura-exploração do

trabalho. Visando consolidar tais projetos antagônicos de desenvolvimento rural, ambos atores disputam o Estado e as políticas públicas estratégicas a seus interesses. Nesse aspecto, a educação, os modelos de produção e os padrões de geração de renda tornam-se âmbitos de disputa.

Na área da educação, o poder dos setores capitalistas sobre o aparelho estatal se fez sentir nas históricas desvantagens educacionais que recaem sobre os trabalhadores rurais, prova disso é que o número de analfabetos com 15 ou mais anos de idade no campo, é, ainda hoje, 3,2 vezes maior do que na cidade (IBGE, 2010). Tal desvantagem está ligada ao ideário capitalista urbanocêntrico, que afirmando a cidade como lugar do avanço e o campo como lugar do atraso, concentrou no meio urbano as melhores oportunidades de escolarização, relegando ao campo uma escola precária, com professores precários e com pedagogias que desprestigiam os modos de ser e pensar camponês. Na área da produção a hegemonia do capital no Estado favorece a estruturação de políticas e leis que subsidiam a produção de *commodities*, transferindo para a sociedade todos os custos sociais e ambientais dessa opção. No que se refere à renda, esta mesma hegemonia tem levado o Estado a legitimar a flexibilização dos direitos trabalhistas e dificultar a livre associação de trabalhadores, sobretudo em cadeias produtivas de maior interesse para o capital (Molina, 2003).

Tal como demonstrado a seguir, a educação do campo, a agroecologia e a economia solidária são práticas sociais criadas e dinamizadas pelos movimentos sociais, que resistem ao avanço do capital no campo por dentro e por fora da estrutura estatal.

A educação do campo tem seu histórico ligado à pedagogia do Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MST), sendo uma elaboração dos próprios trabalhadores. Sua episteme e metodologia se baseiam na experiência educativa do MST, nas teorias pedagógicas críticas clássicas, alternância pedagógica e na educação popular. Suas principais características são: abarcar e ir além da escola, destacando os movimentos sociais como sujeitos educativos; refutar as teorias da reprodução, que visam distorcer a função transformadora que a escola pode cumprir; assumir o trabalho (práxis) como princípio educativo; unir a formação técnica à formação propedêutica; definir o currículo de acordo com as necessidades dos educandos trabalhadores. Para consolidar tal perspectiva, os movimentos sociais pressionaram Estado a transforma-la em uma modalidade de ensino consolidada em política pública. Surgiram então o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), que abarca da alfabetização de adultos ao ensino superior, e as diretrizes operacionais para as escolas do campo (Molina e Freitas, 2011).

A agroecologia remete à incorporação, na agricultura, dos padrões sinérgicos (biófilos) encontrados na natureza, preservando a autonomia dos agricultores em relação aos interesses econômicos capitalistas (Khatounian, 2001). Os movimentos sociais também pautaram a agroecologia como tema para política pública, conseguindo que fosse lançada recentemente a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

A economia solidária reflete a associação de trabalhadores livres para a produção, distribuição, comercialização, crédito e consumo de bens e serviços. Ela surgiu da necessidade dos trabalhadores em driblarem o desemprego e gerarem sua própria renda. Sua expressão máxima no cooperativismo e seu desenvolvimento pressupõe uma pedagogia da autogestão e da

solidariedade, ou seja, que os trabalhadores que foram ensinados a competir aprendam a cooperar (Singer, 2003). Respondendo às pressões dos trabalhadores em movimento, o governo federal criou nos anos 2000 a política nacional de economia solidária.

Este artigo objetiva analisar como os sujeitos dos movimentos sociais camponeses do sudeste paraense, mediante suas organizações produtivas e ações políticas, correlacionam a economia solidária, a agroecologia e a educação do campo, na tentativa de definir projetos alternativos de desenvolvimento para os assentamentos.

Metodologia

O presente estudo está fundamentado em uma metodologia de caráter dialógico, chamada metodologia comunicativo-crítica (Gómez *et al.*, 2006). Tal abordagem privilegia o estudo de experiências de êxito que permitam conhecer como, mesmo em contextos hostis, na relação sujeito-sistema, as pessoas podem transformar a realidade opressora. Por isso a experiência da Federação de Cooperativas Tocantins-Araguaia (FECAT) foi selecionada para a pesquisa. Os dados apresentados resultam de revisão documental sobre a FECAT, mas também de sessões de entrevista e observações com os trabalhadores que a compõem.

A FECAT é uma articulação de sete cooperativas municipais formadas por assentados da reforma agrária, que se associaram há 10 anos para agregar valor à produção de frutas nativas amazônicas, por meio do processamento de poupas, e para comercializar coletivamente sua produção. A região em que situam as cooperativas, os assentamentos do sudeste paraense, é, ao mesmo tempo, uma das áreas do Brasil de maior avanço do agronegócio e de maior número de assentamentos da reforma agrária; ao todo são mais de 500 assentamentos.

Resultados e Discussão

Para refletir sobre as relações entre a economia solidária, educação do campo e agroecologia nos assentamentos do sudeste paraense, é necessário situar historicamente como os movimentos de trabalhadores rurais e dos setores do capitalismo agrário se estruturaram na região. Um marco dessa estruturação foram as políticas da ditadura civil-militar, que, para expandir as fronteiras agrícolas sobre a floresta amazônica, legitimaram-se no discurso da segurança nacional. De um lado, o Estado atraiu fazendeiros e empresas para a região, a partir da concessão de latifúndios e créditos milionários e da implantação de infraestrutura para produção e escoamento de *commodities*. De outro, desenvolveu campanha enganosa para atrair trabalhadores de outras regiões, iludindo-os com promessa de terra e trabalho nas grandes obras. Frustrados em suas expectativas, os trabalhadores se tornaram posseiros, passando a disputar as mesmas terras que os capitalistas com os quais necessariamente entraram em conflito. As lutas posseiras foram o gérmen para que florescessem na região, a partir de 1990, diversos movimentos sociais e sindicais de luta por reforma agrária, tendo como protagonista o MST. Diferentes dos posseiros, os movimentos apostaram na ação coletiva de massa, na ocupação de terras e na visibilidade pública para suas pautas, que extrapolavam o acesso à terra, confrontando o conjunto de interesses dos latifundiários. Neste contexto, ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás, episódio em que o governo estadual e o capital foram responsáveis pelo assassinato de 19 sem-terras. A repercussão pública do massacre e eminência de um grande conflito deflagrou um processo de distribuição de

terras nunca antes visto na região (Hébette, 2004).

Formaram-se boa parte dos assentamentos que permitiriam emergir iniciativas de agroecologia, economia solidária e da educação do campo. A demarcação das terras como assentamentos não foi acompanhada de outros direitos básicos, como escolas, assistência técnica agrícola ou financiamento produtivo. Sem esperar do Estado o cumprimento de suas obrigações, os assentados que se mantiveram ligados ao movimento sindical de trabalhadores rurais encontraram na parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA) um caminho para a sua formação técnica, já que muitos ou nunca haviam sido agricultores ou apenas sabiam manejar os biomas de seus locais de origem, desconhecendo a agricultura amazônica. Ao mesmo tempo, estes assentados formaram suas cooperativas e as articularam em torno da FECAT, visando fortalece-las como experiências de geração de renda. A baixa escolaridade dos assentados se mostrava já nesta época um entrave à emancipação dos camponeses e a sua participação no cooperativismo, de modo que os movimentos sociais e sindicais, paralelamente à improvisação de escolas nos assentamentos, uniram-se à articulação nacional em defesa da educação do campo, levando o Pronera para Marabá/PA. Pelo Pronera, abriram-se oportunidades de educação do campo aos assentados rurais tanto na UFPA, que realizou projetos de alfabetização de adultos e abriu cursos de graduação, quanto na Escola Família Agrícola (EFA), ambos baseado na pedagogia da alternância. Por meio da referida articulação, os movimentos paraenses lograram que a EFA fosse assumida pelo Estado, mediante a implantação do primeiro Instituto Federal (IF) em área de assentamento do Brasil. O IF Campus Rural de Marabá oferece a indígenas e assentados cursos de ensino médio integrado ao técnico em agroecologia.

A FECAT, que nasceu e permanece ligada ao movimento sindical, foi uma agente histórica dessa luta por educação do campo. Ao mesmo tempo, ela implementou um sistema de liberação remunerada dos trabalhadores para que seus sócios pudessem se beneficiar das oportunidades educativas que o Pronera abriu. Esse benefício estendeu-se às cooperativas. A formação dos sócios se reflete no ganho de habilidades acadêmicas, de consciência política e de autoestima dos mesmos. Tais elementos impactam positivamente os processos de gestão, tomada de decisão e transição para a agroecologia nas cooperativas. O alcance do Pronera em relação à alfabetização de adultos, entretanto, foi limitado e não chegou a reverter as desvantagens de participação que os analfabetos sofrem inclusive no interior das cooperativas. Desfrutando das conquistas de seus pais, as novas gerações de filhos dos cooperados também têm atingido sido beneficiadas pelas conquistas de seus pais. A FECAT realiza um projeto de produção agroecológica e geração de renda exclusivo para os jovens estudantes da educação do campo. O projeto, realizado em parceria com o IF, tem efeitos pedagógicos importantes sobre a formação para a agroecologia e cooperativismo, tornando-se o âmbito no qual os jovens testam os conhecimentos adquiridos na escola. Dessa maneira, tanto os pais quanto os filhos podem viver melhor a partir do trabalho na terra, com renda e agrobiodiversidade. Assim, ambos têm maior estímulo para resistir às estratégias de cooptação do agronegócio sobre os territórios reformados. As grandes empresas mineradoras, madeireiras e pecuaristas que atuam na região frequentemente tentam destruir a legitimidade e a viabilidade da reforma agrária, seja integrando os assentados de modo subordinado a sua cadeia produtiva, seja comprando suas terras, seja projetando sobre o imaginário juvenil a ideologia de que a prosperidade encontra-se fora dos assentamentos, na venda (nunca comprada) de sua mão-

de-obra.

Conclusões

O caso da FECAT evidencia que novas racionalidades de trabalho, produção e educação, aqui analisadas como economia solidária, agroecologia e educação do campo, estão se produzindo no sudeste do Pará de modo complementar. As aprendizagens sociais obtidas pelos camponeses em suas práticas de organização coletiva nutrem e são nutridas pelas oportunidades de formação galgadas pela luta desses mesmos sujeitos. Os resultados indicam que o cooperativismo, a escolarização e a agroecologia, quando integrados, se potencializam reciprocamente. Neste caso, tornam-se estratégias de restauro de direitos humanos aos assentados, refletindo-os e realçando-os como sujeitos da resistência. Sujeitos que, ao mesmo tempo, refreiam o avanço do agronegócio sobre os assentamentos e introjetam nesses territórios micro-revoluções que mantêm vivo o projeto político da reforma agrária. Criam, assim, chaves para outro modelo de desenvolvimento, que combina agrobiodiversidade e justiça social.

Referências bibliográficas

- IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2013, 16:40:30
- GOMEZ, J; Latorre, A.; Sánchez, M; Flecha, R. **Metodologia Comunicativo Crítica**. Barcelona: El Roure, 2006.
- HÉBETTE, J. **Cruzando a Fronteira**. Belém: Editora UFPA, 2004.
- KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.
- MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. de A. Avanços e desafios na construção da educação do campo. In: **Em Aberto**. Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.
- MOLINA, M. C. **A Contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável**. Tese. CDS, Brasília: UNB, 2003.
- SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P; SOUZA, A. R. (org.). **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.